



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005925-69.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Requerente: **Guanair Pinheiro de Souza Júnior**
 Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista movido por **GUANAIR PINHEIRO DE SOUZA JÚNIOR**, nos autos da recuperação judicial de **OPTO ELETRÔNICA SA e OUTRO**. Alega, em resumo, que é credor das recuperandas na importância de R\$146.007,04 conforme certidão de objeto e pé que junta às fls. 02/03.

O habilitante juntou os documentos requeridos (fls. 31/35 e 47/51).

O administrador judicial opinou pela inclusão de crédito no montante de R\$128.384,00 (fls. 57/59).

Manifestação do Ministério Público (fl. 66). Requereu a manifestação do administrador judicial acerca da inclusão de contribuições previdenciárias.

O administrador judicial se manifestou novamente opinando pela inclusão do crédito trabalhista no montante de R\$114.638,52.

É o relatório.

Fundamento e decido.

De início, ficam **indeferidos os benefícios da justiça gratuita ao requerente**. Anote-se. Não há nos autos quaisquer documentos que comprovem a hipossuficiência alegada, o que é obrigação de quem a requer.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico que analisou a contento os valores a serem habilitados.

O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado pelo laudo do administrador judicial, nada havendo que se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

modificar.

Há, inclusive, aquiescência do fiscal da ordem jurídica, sendo o que basta.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de **GUANAIR PINHEIRO DE SOUZA JÚNIOR**, no valor de R\$114.638,52, tendo como devedora **OPTO ELETRÔNICA S/A e OUTRO**, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

O crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do artigo. 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao Administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Intime-se a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, diante do indeferimento da gratuidade, em 05 dias.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

Cientifique-se o MP.

P.I.

São Carlos, 06 de setembro de 2017.

| |
|--|
| <p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p> |
|--|